

A POLÍTICA DA DIVISÃO

**ENFRENTANDO A POLÍTICA IDENTITÁRIA – CONTRIBUIÇÕES
PARA O DEBATE**

Grupo Anarcocomunista (ACG) Tradução: Ivan Thomaz de Oliveira

18/08/2021

INTRODUÇÃO

Os anarquistas comunistas buscam uma transformação social revolucionária. Queremos criar uma sociedade em que a exploração seja abolida e todos os recursos sejam colocados à disposição de todos. Também lutamos por uma sociedade sem Estado em que nenhum grupo oprima outro; lutamos por uma sociedade sem hierarquias. Vislumbramos uma sociedade de cooperação, apoio mútuo, igualdade e liberdade.

Esses valores e aspirações não se restringem a um grupo de pessoas; eles são universais e não culturalmente relativos. Em todo o mundo e ao longo da história, as pessoas têm lutado contra a exploração e a opressão, pela liberdade e pelo bem-estar. As pessoas podem não ter se autodenominado anarquistas comunistas e as lutas podem ter se manifestado de distintas maneiras, mas o desejo e o projeto são os mesmos. Essa nova sociedade resultaria na libertação de toda a humanidade. Como Kropotkin escreveu em *A Conquista do Pão*: “O que proclamamos é o direito ao bem-estar; bem-estar para todos!”.

Os anarquistas comunistas veem o capitalismo como o obstáculo fundamental para a criação de uma nova sociedade porque, como sistema econômico, ele sustenta a maioria dos aspectos que explicam a maneira que a sociedade está estruturada. O fato de que apenas alguns poucos possuem e controlam os recursos da Terra – fazendo com que a maioria de nós tenha que vender nosso trabalho para essa classe dominante, e que toda a produção seja motivada pelo lucro e não pela necessidade – domina a sociedade e nossas vidas. Entretanto, há também outros sistemas de opressão que têm uma história mais longa e estão entrelaçados com o capitalismo. A existência de um Estado agrega estruturas e instituições opressivas, que facilitam a exploração capitalista.

O patriarcado, a dominação dos homens sobre as mulheres, existe desde que foi criada a primeira divisão de trabalho por gênero e as mulheres se tornaram propriedade dos homens. O medo, o ódio e a escravização do “outro” também estão conosco desde nossas origens primitivas. A manifestação recente mais conhecida disso foi o racismo, que resultou do colonialismo e da disseminação do capitalismo mercantil. O racismo surgiu na Europa mais “desenvolvida”, com aquela população se tornando “branca” na relação com áreas menos desenvolvidas, povoadas pelo que viriam a se tornar os “negros”. Em outras palavras, a noção de que existem raças brancas ou negras é uma criação política, e as pessoas foram alocadas nas categorias de acordo com a conveniência econômica da classe dominante. De fato, alguns grupos que hoje consideramos “brancos” devido à cor de sua pele nem sempre foram admitidos como parte da raça “branca”.

A sociedade é prejudicada pela discriminação contra muitos grupos: pessoas que têm uma sexualidade diferente, que possuem deficiências, aquelas que lutam contra a camisa de força das categorias de gênero. Todas essas e outras pessoas sofreram não apenas nas mãos da sociedade, mas também, muitas vezes, nas mãos de pessoas de sua própria classe. Esses sistemas de opressão, essas experiências da vida real, afetam a maneira como os indivíduos vivenciam o capitalismo e mesmo o modo como percebem sua própria classe. O que significa que não há apenas uma única estratégia anticapitalista.

Criar uma sociedade anarquista comunista em que toda exploração, toda hierarquia e toda opressão sejam abolidas é uma tarefa grande e difícil. Isso significa que precisamos criar um movimento de massas que, em última análise, deve envolver toda a classe trabalhadora. Usamos o termo classe trabalhadora para incluir todos aqueles que não podem viver com os rendimentos de suas propriedades ou de seu capital e que, portanto, precisam vender sua força de trabalho para sobreviver – em outras palavras, a grande maioria da população. Entretanto, a unidade de classe não pode ser alcançada ignorando as desigualdades reais dentro da classe. Livrar-se do capitalismo não significará necessariamente o fim de todas as opressões, e livrar-se de opressões como o sexismo ou o racismo não eliminará o capitalismo. Portanto, o anarquismo comunista requer uma abordagem que possa acabar tanto com o capitalismo quanto com todas as opressões.

Este texto examina como a política identitária – embora tenha nascido do reconhecimento de que os movimentos revolucionários, muitas vezes, foram insensíveis às vozes de grupos oprimidos e, de fato, herdaram atitudes da sociedade dominante – tomou um rumo equivocado. Isso porque ela modificou a política, fazendo com que ela passasse a ser tratada como uma questão de identidades e não como um propósito para a criação de uma sociedade completamente nova.

Como o ACG baseia sua política em aspirações para uma nova sociedade, essas nossas aspirações também nos informam sobre como lutamos agora contra a exploração e a opressão. Nossos objetivos e valores se aplicam a todos, independentemente de sua identidade. O fato de sermos críticos à política identitária é algo controverso, muitas vezes mal compreendido e interpretado. Portanto, devemos começar deixando claro que, quando dizemos que criticamos a política identitária, isso não significa que nos opomos à luta contra a opressão. Na verdade, discordamos da política identitária exatamente porque acreditamos que ela fortalece a desigualdade e a opressão, que ela também dificulta a concretização do objetivo geral do anarquismo comunista. Concentrar-se apenas na discriminação de um grupo específico dentro do capitalismo pode, muitas vezes, levar a um reforço das desigualdades. Não se trata de garantir que haja uma proporção adequada de líderes empresariais mulheres, negros e deficientes; e nem de policiais transgêneros, muçulmanos e gays. Trata-se de acabar com a opressão e não de ter opressores em uma proporção adequada de diversidade.

O SIGNIFICADO DA IDENTIDADE

A identidade faz parte da humanidade. Todos temos relacionamentos com outras pessoas – mãe, namorado, professora, vizinho e assim por diante. Nascermos em uma cultura específica que afeta o idioma que falamos, o que gostamos de comer, a música que ouvimos. Há uma lista interminável de relações e atividades humanas e são elas que informam nossas identidades. Ter identidades diferentes não é necessariamente um problema em si; isso cria uma diversidade bem-vinda – seria entediante se fôssemos todos iguais.

Entretanto, as identidades dividem as pessoas. Se você é uma coisa, automaticamente não é outra – se você torce para um time de futebol, não torce para outro, se você se identifica como fã de jazz, não é alguém que odeia jazz. Portanto, o conflito em potencial é inerente ao fato de as pessoas terem identidades diferentes. Isso não precisa ser necessariamente um problema, desde que um grupo não tenha mais poder do que outro e que as diferenças e os conflitos sejam administrados em uma sociedade livre e igualitária.

Muitas de nossas identidades são, até certo ponto, escolhidas – podemos escolher ser pais ou alpinistas. Podemos optar por nos tornar anarquistas comunistas ou conservadores. Depois, vivemos com as consequências dessas escolhas, as quais podem ter implicações socialmente significativas para nossas vidas e para as vidas de outras pessoas.

Outras identidades não são escolhidas, mas impostas a nós. Não as escolhemos nem queremos que elas sejam socialmente significativas. É a forma como a sociedade está estruturada que as torna essenciais para nossas vidas. Não escolhemos nascer como parte de uma cultura ou religião específica. Não escolhemos nascer na classe trabalhadora ou na classe dominante, ser homem ou mulher, ter a pele branca ou negra, ter uma deficiência ou não. Muitas pessoas podem não ver isso como parte de quem são, mas são forçados a isso, porque a sociedade torna esses elementos importantes. Por exemplo, alguém pode ter nascido judeu na Alemanha nas décadas de 1920 e 1930, mas não ter se identificado como judeu. Talvez tenha se tornado ateu ou se considerasse alemão. Para os nazistas, isso não importava. Independentemente de sua própria percepção de sua identidade, ser judeu era imposto pelas estruturas da sociedade e você tinha de enfrentar as terríveis consequências disso.

Outra maneira de ver essa questão é por meio do conceito de diferença social. Todos os seres humanos são diferentes, mas apenas algumas dessas diferenças se tornam socialmente significativas, apenas algumas delas têm um impacto sério em nossas vidas. Em uma sociedade anarquista comunista, essas diferenças sociais não terão mais nenhum impacto sobre nossas vidas e nosso lugar na sociedade. Para garantir que essas diferenças deixem de ser importantes, precisamos lutar contra as diferenças impostas socialmente. Ainda haverá diferenças e as pessoas escolherão ter identidades diferentes, mas em uma sociedade anarquista comunista elas só produzirão diversidades bem-vindas, e não opressão e exploração.

O CAMINHO A SEGUIR: POLÍTICA IDENTITÁRIA OU MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO ANTICAPITALISTA UNIDO?

A política identitária é uma forma de combater a opressão causada pelas diferenças sociais. Ao partir da experiência de diferença e da opressão vivida, as pessoas se concentram em sua luta particular. Isso é compreensível. Entretanto, a política identitária é mais do que combater a própria opressão. Ela pode

ser definida como a passagem da experiência das consequências, muitas vezes horrendas, da diferença social, para a identificação com o grupo oprimido e a atribuição a esse grupo de características essenciais, que o diferenciam de outros grupos que são igualmente explorados e oprimidos. Em vez de ver a opressão como parte de um sistema mais amplo – o capitalismo –, o foco está na discriminação e na opressão sofridas por um grupo. É uma preocupação com a opressão de um determinado grupo social ou cultura, que se supõe ter certas características essenciais, sem que se faça referência ao sistema mais amplo, e sem que haja o objetivo geral de encontrar um ponto em comum com a classe trabalhadora em geral.

As diferenças sociais são criadas pela sociedade e produzem discriminação e opressão. O problema, então, está no fato de as pessoas realmente abraçarem essa diferença e usá-la como a principal base de luta, em vez de buscarem abolir todas as diferenças sociais. Isso se torna uma política identitária que acaba reforçando as diferenças sociais, de modo que não podemos nos unir para criar uma sociedade em que todos sejamos apenas seres humanos e quaisquer diferenças entre nós não tenham significado social.

A política identitária também pode ser ilustrada pelo contraste entre nacionalismo e internacionalismo ou universalismo. Por motivos muitas vezes compreensíveis, quando uma nação ou grupo étnico é oprimido, as pessoas se identificam com essa nação ou grupo – essa é a principal divisão que veem. Elas se consideram pertencentes a uma “tribo” específica, independentemente da posição que ocupam. A divisão entre a classe dominante e a classe trabalhadora e a semelhança entre todos os trabalhadores para além das fronteiras são ignoradas, pois mesmo os mais pobres ficam do lado dos ricos e poderosos de sua nação. Da mesma forma, com as lutas contra a opressão baseadas na identidade – todos os negros, mulheres ou pessoas com deficiência estão juntos, e não como membros da classe trabalhadora.

CAPITALISMO E OUTROS SISTEMAS DE OPRESSÃO

Essa análise, baseada na identidade, minimiza o vínculo entre a experiência vivida e o lugar de cada um nas estruturas da sociedade capitalista. O racismo e o sexismo têm uma longa história e são anteriores ao capitalismo. No entanto, sistemas como o patriarcado e o colonialismo racial são partes fundamentais do capitalismo e, portanto, o antirracismo, o antissexismo e outras lutas contra as opressões devem ser explicitamente anticapitalistas.

O trabalho não remunerado das mulheres em casa possibilita que o trabalho seja reproduzido sem custo para o capital. O comércio de escravos e a pilhagem da África e da Ásia foram fundamentais para fornecer o capital para a Revolução Industrial, além da riqueza incalculável para alguns poucos. Há uma divisão de trabalho por gênero e raça – com as mulheres e as pessoas de cor ocupando as posições mais baixas. Elas fazem a maior parte do trabalho essencial a um custo muito baixo para os empregadores e para o Estado e são duramente atingidas em termos de saúde e perda de renda.

O capitalismo se baseia em dividir para conquistar e, assim, garantir que haja a oferta constante de uma força de trabalho flexível, insegura e mal paga. O capitalismo nos coloca uns contra os outros para manter o lucro excedente e a superexploração. A política identitária nos coloca uns contra os outros para manter a primazia do indivíduo e, muitas vezes, a opressão concorrente, nos dividindo como classe. É por isso que é vital que nos unamos para lutar contra o capitalismo; ninguém pode ser livre até que todos sejam livres.

BENEFÍCIOS DA POLÍTICA DA DIFERENÇA

Embora defendamos uma classe trabalhadora unida, isso não pode implicar uma falsa unidade. As divisões na sociedade também se manifestam como divisões na classe trabalhadora. Não é muito útil ouvir que os trabalhadores do sexo masculino estão realmente do seu lado quando eles não participam dos piquetes em que você reivindica salários iguais. Quando uma pessoa negra está sendo espancada por um grupo de jovens brancos, não melhora em nada o fato de ela também ser da classe trabalhadora. Não é de surpreender que diferentes grupos oprimidos sintam que grande parte da classe trabalhadora não entende de fato sua situação e, portanto, optem por se organizar separadamente. A política identitária se tornou tão popular em função das muitas inadequações do movimento da classe trabalhadora.

Entretanto, sem unir a classe trabalhadora para lutar contra o capitalismo e as opressões, nunca conseguiremos de fato criar uma sociedade anarquista comunista. Lutas separadas, mesmo que às vezes

possam estabelecer alianças, só conseguirão certos resultados. Pode não ser fácil, mas o objetivo deve ser um movimento unido da classe trabalhadora que seja capaz de lidar com suas grandes fraquezas.

CULTURA COMO IDENTIDADE: OS PROBLEMAS DO RELATIVISMO CULTURAL

A tendência nas últimas décadas em direção ao antirracionalismo – a desconfiança da razão, acreditando que ela é a expressão cultural de uma elite europeia – viu o aumento do que é chamado de “relativismo cultural”, a ideia de que os valores devem ser aplicados de forma diferente a diferentes identidades. Felizmente, já foi demonstrado de maneira clara que as diferenças raciais são insignificantes; há mais diferenças genéticas dentro de populações do que entre elas. Agora, a cultura tomou seu lugar como limite entre os diferentes grupos de pessoas. “Não é fácil imaginar uma pessoa ou pessoas desprovidas de cultura. O problema com as grandes afirmações sobre a necessidade da cultura é que não conseguimos imaginar uma alternativa com facilidade. É como uma forma, você não pode deixar de tê-la.” (Appiah, 2007, p. 126)

A ideia de cultura como um elemento fixo e limitado é o que sustenta o relativismo cultural. Todos nós nascemos em uma cultura e ela faz parte de quem somos, de nossa identidade. As diferenças entre as culturas são o que tornam o mundo interessante e as lutas para salvar as culturas do ataque da globalização capitalista são, em muitos aspectos, bem-vindas. No entanto, nenhuma cultura é uma entidade fixa, nem monolítica.

A ideia do filósofo David Hume sobre a “falácia do ser/dever-ser” é relevante aqui. Só porque uma cultura é de uma determinada maneira não significa que esse seja o modo como um grupo deve viver. Podemos descrever os vários modos de vida existentes, mas isso não significa que eles precisem se tornar “roteiros de vida”. (Idem.). Os seres humanos, como seres sociais, são seres transformadores. As culturas não ficam paradas. E mesmo que ficassem, o que significaria dizer que uma garota britânica “asiática” de 16 anos com antepassados de Bangladesh compartilhava a mesma cultura que um homem de 50 anos em Dhaka? Não faz sentido dizer que existe uma única cultura homogênea que essas duas pessoas compartilham. Exigir que cada indivíduo seja integrado a um grupo cultural específico é não entender isso. O fato de uma pessoa ter ascendência irlandesa significa que ela não pode ser verdadeiramente ela mesma, a menos que fale gaélico irlandês ou que realize alguma atividade decidida de cima para baixo como um pré-requisito necessário para ser irlandês, como erguer santuários à beira da estrada para Maria?

Depois vem a exigência de que as culturas sejam protegidas e preservadas. Pessoas como o filósofo político Will Kymlicka e o pensador comunitário Charles Taylor afirmam que a sobrevivência de determinadas culturas é essencial para a vida das pessoas. Sim, nenhuma pessoa deveria ter sua cultura destruída por um grupo mais poderoso ou por causa da invasão do capitalismo. As pessoas precisam ser capazes de fazer suas próprias escolhas. No entanto, as culturas não devem ser preservadas apenas por serem preservadas. Por exemplo, durante a “Revolução Silenciosa” nacionalista em Quebec, na década de 1960, depois reforçada por outra legislação em 2002, as crianças com ascendência francesa tinham que frequentar escolas de ensino médio francesas. Nenhuma escolha pessoal era permitida. Isso só foi revogado em 2009. As culturas mudam. Não falamos inglês shakespeariano, e Shakespeare não falava como Chaucer.

Um dos principais problemas do relativismo cultural é que ninguém tem permissão para criticar outra cultura porque, se o certo e o errado são relativos, dependendo da cultura, então não há uma maneira objetiva de avaliar qualquer ideia ou prática de uma cultura à qual você não pertence. Assim, as mulheres de uma cultura minoritária reacionária podem ser condenadas a aceitar padrões que não seriam considerados aceitáveis de forma mais geral, simplesmente porque “é a cultura delas” – o que, obviamente, é uma atitude paternalista e, sugerimos, racista, por si só, presumindo que as culturas não europeias não são racionais e estão inerentemente sujeitas a padrões “inferiores”.

Um exemplo é o debate sobre a mutilação genital feminina. Argumentou-se que as feministas ocidentais não têm o direito de argumentar contra essa prática e que muitas mulheres da cultura apoiam a prática e querem levá-la adiante. Talvez esse seja o caso, mas as mulheres vêm lutando em todo o mundo há séculos contra o patriarcado e também há muitas mulheres dentro das próprias culturas que são contra a mutilação. Então, quem você apoia? Os relativistas culturais preferem apoiar a “cultura oficial” em vez de apoiar um movimento universal contra o patriarcado, independentemente da cultura.

Outro exemplo é a Austrália, onde os tribunais geralmente aceitam que os Primeiros Povos da Austrália sejam tratados de acordo com seus próprios costumes, em vez daquilo que é visto como a lei colonial da cultura europeia na Austrália. À primeira vista, isso parece louvável. Entretanto, os tribunais são muito seletivos. (Eles ficam muito felizes apoiando a apropriação de terras e outros ataques à cultura aborígene, mas ficam ao lado da cultura no caso de o estupro não custar dinheiro para a classe dominante!). Em 2002, Pascoe Jamilmira alegou que o sexo forçado com uma parceira que não queira, sua futura esposa menor de 16 anos, era justificável porque ele estava seguindo sua tradição cultural. (Shah, 2002) Para os relativistas culturais, o estupro é aceitável se for parte integrante de uma cultura? E quem decide o que é essa cultura? O homem de meia-idade ou a mulher jovem?

Em face do relativismo – essa ideia de que os valores devem ser aplicados de forma diferente de acordo com cada cultura – devemos ter a coragem de defender nossas convicções. Se acreditarmos que algo é opressivo, devemos dizer isso. Não é racista questionar a discriminação em um subgrupo cultural. Isso deve ser feito trabalhando com aqueles que, dentro dessa cultura, estão lutando contra ela. Por exemplo, apoiar e ampliar o trabalho e as palavras das feministas dentro das culturas atualmente dominadas pelo Islã. Isso deve ser feito de uma forma que não dê apoio àqueles que usariam essas críticas para encobrir o racismo, mas de uma forma que dê poder àqueles que enfrentam a opressão nessa cultura.

O RELATIVISMO CULTURAL E O MOVIMENTO ANTIRRACISTA NO REINO UNIDO

O relativismo cultural se infiltrou no movimento antirracista no Reino Unido e em outros lugares. Existe agora, no que se passa por antirracismo, uma tendência que exige que tratemos as pessoas de forma diferente. Diz-se que respeitar a diferença significa que a cultura, a etnia, a religião e assim por diante são tão fundamentais para uma pessoa que devemos tratá-la não de acordo com princípios universalizados, mas de acordo com os costumes internos de cada cultura individual.

Isso levou à sensação desconfortável de que qualquer crítica a uma opressão que possa ocorrer em determinados setores de uma comunidade é necessariamente racista. Os antirracistas se tornaram tão intimidados pela política reacionária da diferença que evitamos “desrespeitar” a identidade cultural ao questionar ou ofender aquilo que é visto como valores, crenças ou modos de ser de grupos minoritários.

De muitas maneiras, houve um retorno à raça ou à biologia. Os racistas eram conhecidos por atribuir determinadas características a pessoas de pele negra ou marrom. Alguns antirracistas estão, de certa forma, fazendo o mesmo. Os negros nascidos na Grã-Bretanha tiveram sua cultura moldada por suas experiências neste país e essa história é importante. Mas isso não tem nada a ver com uma conexão biológica com outras pessoas negras.

Há algum tempo, um programa na TV mostrou pessoas usando marcadores de DNA para rastrear suas origens geográficas. Os britânicos estavam rastreando sua ascendência genética. Em um episódio, alguns britânicos negros rastrearam suas origens genéticas até áreas específicas da África. Eles não sabiam que tinham qualquer ligação com essas áreas específicas antes, nem com a cultura da região. Mas saíram de lá dizendo que haviam descoberto algo sobre sua própria identidade cultural. Esse é o tipo de coisa a que nos referimos quando dizemos que há uma tendência de ver a identidade cultural como um fenômeno biológico. Essas pessoas estavam enganadas ao pensar que haviam descoberto algo sobre sua identidade cultural. Elas podem ter descoberto algo sobre sua história, de onde vieram, mas isso é diferente de sua identidade cultural, que é transmitida socialmente, não por marcadores genéticos.

Essa é a biologização da política da diferença – apresentar a diversidade cultural como sendo de base biológica, em vez de baseada na experiência. É isso que torna cada vez mais difícil distinguir o racismo do antirracismo. Em vez de procurar ver o que as pessoas têm em comum como classe trabalhadora britânica, ou mesmo como classe trabalhadora internacional, o objetivo parece ser procurar as diferenças.

LÍDERES COMUNITÁRIOS E MULTICULTURALISMO DE CIMA PARA BAIXO

“Quero questionar essa suposição fácil de que o pluralismo é necessariamente bom. Quero mostrar, em vez disso, que a noção de pluralismo é logicamente falha e politicamente perigosa, e que a criação de uma sociedade ‘multicultural’ foi feita às custas de uma sociedade mais progressista.” (Malik, 2002)

Kenan Malik é um dos críticos mais coerentes e perspicazes do “multiculturalismo de cima para baixo”. Ele fala sobre

a confusão entre a experiência vivida da diversidade e as políticas promulgadas para gerenciar essa diversidade. A primeira descreve a experiência de viver em uma sociedade que se tornou menos insular e mais vibrante por meio da imigração em massa; a segunda, um conjunto de políticas cujo objetivo é gerenciar a diversidade colocando as pessoas em caixas étnicas e usando essas caixas para moldar as políticas públicas. (Malik, 2002, 2011)

Os problemas do multiculturalismo podem ser vistos na forma como as pessoas são categorizadas em diferentes grupos comunitários, dependendo de sua etnia e/ou religião. Certamente há uma razão para isso, pois as pessoas se reúnem nas mesmas áreas de uma cidade que outras pessoas dos países de onde imigraram. E, como diz Malik, essa diversidade cultural é uma das melhores características da vida urbana. No entanto, o fato de colocar as pessoas em caixas levou à divisão e ao domínio, e dificultou que as pessoas escapassem de sua cultura, se quisessem, ou que se unissem para combater problemas comuns no trabalho ou na comunidade.

Um aspecto da natureza conservadora do multiculturalismo é a maneira pela qual o Estado busca “líderes comunitários” para serem representantes com os quais a classe dominante pode negociar e, até certo ponto, cooptar. Esses líderes afirmam ser os representantes “autênticos” de um grupo de pessoas. Assim como cultura, comunidade também é um termo muito mal utilizado e, muitas vezes, um mito. Assim como as culturas não são monolíticas, as comunidades também não o são. Esses representantes são mais conservadores do que a comunidade que supostamente representam; além disso, os interesses que essa relação busca atender são, em geral, os interesses do capital.

Assim, em vez de as pessoas da classe trabalhadora em uma comunidade fazerem campanha juntas sobre questões como gentrificação ou algo como o desastre da Torre Grenfell, se formam grupos diferentes, divididos por religião e/ou etnia, todos sob o comando de um “líder comunitário” ou de uma organização oficialmente reconhecida. O resultado final é uma infinidade de organizações e grupos diferentes, todos interessados em afirmar suas diferenças em relação a outros grupos, que provavelmente estão na mesma situação. Na melhor das hipóteses, podemos obter algum tipo de aliança, se os diferentes grupos concordarem em trabalhar juntos. Os líderes relutam em ter muita unidade, pois isso pode prejudicar sua própria posição. Esse é o “multiculturalismo de cima para baixo” que mantém as pessoas divididas e incapazes de ver o que elas têm em comum.

A POLÍTICA IDENTITÁRIA: MINANDO A LUTA DA CLASSE TRABALHADORA CONTRA O CAPITALISMO, A OPRESSÃO E AS HIERARQUIAS

Há algumas características positivas na política identitária – entender que a classe trabalhadora é diversa e tem conflitos internos, garantir que todas as vozes dentro da classe sejam ouvidas, promover a tolerância com aqueles que têm modos de vida diferentes. Entretanto, ela se baseia na política da divisão e atua como um grande obstáculo à transformação social revolucionária.

Análise equivocada

Na política “radical” de hoje, há uma suposição, às vezes declarada, às vezes não declarada – mas que, de qualquer forma, subsidia grande parte do pensamento da esquerda pós-moderna –, de que identidade e política são um continuum. Nesse modelo, identidade é política, e política é identidade. Uma é apenas um aspecto da outra. Nesse modelo supõe-se que certas pessoas serão necessariamente atraídas para o “radicalismo” por causa de sua identidade, e que outras tenderão para a “política reacionária”, também por causa de sua identidade. Isso é essencialismo: a visão de que qualquer grupo de pessoas tem um conjunto específico de atributos, gravados em pedra, que são necessários para sua identidade. De onde vem essa análise?

As raízes disso podem ser encontradas no neoliberalismo e em sua agenda de dissolução da sociedade em indivíduos e mercadorias. É claro que o neoliberalismo não dissolve as classes na produção ou na divisão do trabalho, mas dissolve o potencial político da classe trabalhadora por meio da individualização da classe. É por isso que a esquerda de hoje, em sua incapacidade de lidar com a completa destruição de sua contraparte histórica ao longo do século XX, decidiu se voltar para a ideologia e as estratégias da extrema direita, com sua ênfase no indivíduo, na identidade, no romantismo étnico e na defesa da cultura, e substituir a classe por ela. O interesse de classe da classe trabalhadora não é o que impulsiona a

política de esquerda de hoje, pois a classe trabalhadora é vista principalmente como uma das identidades “desfavorecidas”. (Katalena, 2017)

Portanto, para nós, apesar das origens em um esforço genuíno, a política identitária não é agora uma postura revolucionária. Ela não é socialista, mesmo no sentido mais amplo. Ela não constitui uma oposição às estruturas de opressão porque não está lidando com essas estruturas. Mas, mais do que isso: ela tem estado ao lado de outros pontos de vista reacionários, porque usa a biologia para nos dividir, distribui a responsabilidade de acordo com a biologia e a identidade e, ao usar as ideias da direita reacionária, acaba servindo apenas aos propósitos da classe dominante.

Além disso, devido à disseminação desse modelo, agora é senso comum generalizado que a única maneira de respeitar as lutas das pessoas marginalizadas é por meio desse próprio modelo. Nesse senso comum agora dominante, a política identitária é sinônimo de antirracismo, de feminismo, de oposição à homofobia e à transfobia e assim por diante. Assim como o multiculturalismo de cima para baixo é visto por muitos como sinônimo de respeito à diversidade e à inclusão. Dessa maneira, se uma pessoa critica a política identitária, ela é vista por muitos como alguém que se opõe ao antirracismo, ao feminismo etc., porque a política identitária passou a ser vista como a única forma de enfrentar essas questões. É importante perguntar não apenas se a política identitária é a única forma de enfrentar essas questões e se, realmente, ela as enfrenta, mas – o que é mais importante –, se há maneiras melhores de enfrentá-las.

Isso não significa que “classe” seja mais importante do que raça, sexualidade, gênero etc. Esse é um erro que invariavelmente aparece. Trata-se de uma deturpação que ocorre porque as pessoas se acostumaram tanto a ver a identidade como a base da política que só conseguem ver identidades concorrentes, e nada mais. Quando dizemos que estamos interessados na análise de classe, não estamos apresentando uma concepção identitária de classe. Não há características essenciais para ser da classe trabalhadora. Estamos falando sobre a compreensão das estruturas sociais que nos impedem de alcançar a justiça social, estruturas sociais que nos impedem, em última instância, de alcançar o autogoverno. Não estamos estabelecendo a “classe trabalhadora” (ou, pior ainda, a “classe trabalhadora branca”) como uma identidade. A classe é imposta a nós pelos sistemas sociais, atualmente o capitalismo. O objetivo é acabar com o capitalismo e com qualquer sistema de classes, para que as classes não existam mais.

A classe é a divisão fundamental em nossa sociedade, não porque seja mais importante em termos de afetar a vida das pessoas do que opressões como o racismo ou o sexismo, mas porque é a única coisa que nos une em um potencial movimento revolucionário para construir uma sociedade anarquista comunista. A grande maioria das pessoas faz parte da classe trabalhadora – elas não possuem os meios de produção e são forçadas a vender seu trabalho para sobreviver. Precisamos abolir a classe dominante, independentemente de seu gênero, etnia, idade ou sexualidade. Muitos outros aspectos de nossa sociedade são determinados por esse sistema econômico. O Estado age no interesse do capital e muitas instituições, como a polícia, a educação e a mídia, reforçam o capitalismo. Toda pessoa da classe trabalhadora tem mais em comum com outros membros de sua classe do que com alguém de sua própria “identidade” na classe dominante.

Isso não significa que não existam outras divisões. O patriarcado existe há milhares de anos e permeia todas as relações sociais, geralmente no lar e nos relacionamentos pessoais. Isso torna difícil lutar contra ele da mesma forma que lutamos contra a exploração no trabalho. O colonialismo criou preconceitos profundamente arraigados que se manifestam de várias maneiras, criando o apartheid tanto no trabalho quanto na comunidade. Mas isso é diferente da divisão de classes. O inimigo final não são os brancos ou os homens (embora às vezes possa parecer que são!). Há uma diferença entre lidar com as divisões e opressões que existem dentro da classe e derrubar a classe dominante. Precisamos ter uma visão de uma classe trabalhadora unida, mesmo que haja muito trabalho a ser feito para alcançar uma unidade real.

A política identitária leva à conciliação de classes

Se as pessoas acharem que têm mais em comum com outras que são “como elas” – em outras palavras, negros, mulheres, trans, pessoas com deficiência etc. – do que com outros membros da classe trabalhadora, acabarão fazendo alianças entre classes e contribuindo com a cooptação da luta pela classe dominante. Os protestos do Black Lives Matter envolveram todos os tipos de pessoas, com políticas

muito diferentes; e, enquanto alguns reivindicavam cortar o financiamento da polícia, outros pediam a paridade por meio do emprego de mais policiais negros.

Tem sido comum surgir líderes que se apresentam como representantes, muitas vezes concorrendo a cargos políticos. Muitos anunciaram a vitória da vice-presidente dos EUA, Kamala Harris, como um grande passo para as pessoas de cor e para as mulheres. O orgulho LGBTQ+ está cheio de interesses corporativos – para não precisar gastar muito dinheiro, corporações como o Santander e o HSBC recebem publicidade gratuita com seus carros alegóricos na parada. Colocar mais rostos negros e asiáticos na publicidade pode realmente vender produtos. Quantas mulheres asiáticas realmente gostariam de reivindicar afinidade com a Ministra do Interior do Reino Unido, Priti Patel?

O racismo e o sexismo são muito úteis para o capitalismo, mas, de muitas maneiras, ele poderia se adaptar a reformas que o tornariam ainda mais forte. As divisões de trabalho racializadas e de gênero podem servir a alguns propósitos, mas os talentos são frequentemente perdidos quando apenas homens brancos podem ocupar certos cargos.

Pode ser difícil se sentir um companheiro de muitos membros racistas e sexistas da classe trabalhadora, mas se quisermos ter sucesso não apenas em fazer algumas reformas, mas em criar uma sociedade completamente nova, as pessoas precisarão começar a ver que, apesar de tudo, elas são mais “parecidas” com outros membros da classe trabalhadora do que com membros da classe dominante, mesmo que compartilhem a mesma identidade.

Reforçando as divisões: essencialização e hierarquias de privilégios

Há várias maneiras pelas quais a política identitária reforça as divisões dentro da classe trabalhadora e desarticula as lutas. As diferentes identidades estão associadas a características específicas. Embora essas características sejam frequentemente reconhecidas como tendo origens sociais, a política identitária, em certa medida, emprestou a linguagem e os conceitos da extrema direita (e esses conceitos agora foram retomados pela chamada alt-right) e utilizou a linguagem da biologia. Tornou-se comum ver formulações como: “Você não pode entender minhas experiências porque não compartilha a cor da minha pele / meus cromossomos / meu DNA mitocondrial / minha química cerebral etc.” É possível que as pessoas não entendam totalmente a experiência de outras porque um homem ou uma mulher, um negro ou um branco vivencia o capitalismo de maneira em certo sentido distinta. Mas o que importa são as experiências, e não a biologia.

Essa divisão das pessoas em grupos distintos leva à competição sobre quem é o mais oprimido. A teoria do privilégio, desenvolvida por acadêmicos, é usada para criar uma hierarquia de opressões. Isso se aplica até mesmo a grupos de identidade específicos. Ser menos privilegiado, pertencer a mais grupos menos privilegiados (mulheres, trans, pessoas com deficiência, negros etc.) lhe dá mais status e, com isso, mais direito de ser ouvido do que outros. Por exemplo, em um grupo de saúde mental, aqueles cujas deficiências são menos visíveis são considerados mais privilegiados e, portanto, têm menos direito de falar. As pessoas que se reúnem em grupos para lutar em torno daquilo que deveria ser uma questão comum podem se atolar em discussões intermináveis sobre quem deve ser mais ouvido. Isso, na verdade, cria um desequilíbrio de poder – com o objetivo, em teoria, de corrigir um desequilíbrio de poder –, mas acaba apenas recriando hierarquias e não se concentrando de fato na luta em si.

Culpa e superioridade moral

“Eles subiram a colina a passos largos, vindos da encharcada floresta de Epping – conformavam um grupo de esfarrapados liderado por uma jovem negra. Atrás dela estavam cinco homens brancos de meia-idade e um garoto de 15 anos, presos por uma corrente. Em volta do pescoço do menino e de um homem de 60 anos havia uma canga de madeira improvisada, que torcia a cabeça do homem enquanto eles caminhavam. Cada um deles, incluindo um grupo de crianças que corria ao lado – mas não os negros que caminhavam junto –, usava uma camiseta com a legenda: ‘So sorry’ [Sinto muito]. Andrew Winter, um designer de Londres, desistiu de seu emprego para participar da última caminhada. Sua esposa Vonetta, que é de Barbados, também participou da caminhada, embora sem usar a camiseta ‘So sorry’. Seu filho mestiço Josh, de 10 anos, às vezes usa uma, às vezes não.” (Addley e Muir, 2007, grifo nosso)

O comércio de escravos africanos foi um dos piores exemplos da desumanidade dos seres humanos na história do mundo. No entanto, uma coisa é as pessoas entenderem e aprenderem sobre esses eventos horrendos – seja o comércio de escravos, o genocídio judeu ou o tratamento dado às mulheres durante grande parte da história –, mas outra coisa é responsabilizar aqueles que não estão diretamente envolvidos apenas porque compartilham características (cor da pele, sexo) com aqueles que são responsáveis.

A tendência de agrupar todos os brancos, homens etc. em um único grupo, outra caixa de identidade, e depois tratá-los da mesma forma, mostra como a política identitária está beirando o determinismo biológico. As pessoas precisam ser responsabilizadas por suas ações, mas não por alguma associação espúria com base na identidade – identidade que as pessoas nem mesmo desejam, mas que lhes são impostas. Se uma pessoa continuar a negar o holocausto ou disser que a escravidão foi parte positiva da história europeia, ela merece ser responsabilizada. Para a maioria das pessoas, é nossa responsabilidade continuar lutando contra o racismo e o sexismo hoje, e não nos sentirmos culpados pelo passado. Seja qual for sua ascendência, se seus pais, avós, bisavós cometeram algum crime, seja qual for o crime, não importa a gravidade – estupro, assassinato, agressão violenta, qualquer coisa –, você não é nem um pouco responsável por isso.

Esse foco na culpa e na responsabilidade pessoal é o ponto em que a abordagem individualista liberal chega a um beco sem saída. Por liberal, não queremos dizer apenas uma análise sem rigor ou impregnada de crenças fracas e sentimentais, mas uma resposta na qual o coletivo é irrelevante, na qual corrigir erros é uma questão de moralidade individual interna, e não um esforço conjunto prático. Nós do ACG estamos interessados em como uma lição pode se traduzir em ação. Caso contrário, nada de útil terá sido aprendido e nenhuma transformação social ocorrerá. No jargão, isso se chama práxis. Se a sua práxis é apenas fazer cara de triste e chorar, como um Marcel Marceau woke em busca de atenção, então não estamos interessados. Deixaremos isso para as celebridades liberais.

Atribuir características essenciais a grupos sociais implica que os indivíduos de grupos oprimidos são inerentemente melhores do que os de outros grupos. Portanto, se você for uma mulher ou uma pessoa de cor, terá menos probabilidade de ser um opressor. Isso também se aplica à classe trabalhadora. Isso também faz com que as pessoas pensem que a política de alguns grupos é melhor do que a de outros, apenas pelo fato de pertencerem a esse grupo. (Sim, as pessoas que sofreram opressão têm maior probabilidade de desenvolver boas políticas, mas o que importa é a experiência, e não o fato de se identificarem com um grupo social). O inverso também é um problema: presumir que os brancos são automaticamente racistas ou que os homens são sexistas. Essa essencialização das pessoas tende a dar a todos os membros de um grupo oprimido uma posição moral elevada. Em primeiro lugar, alguns deles serão membros da classe dominante. O fato de fazer parte de um grupo oprimido – classe trabalhadora, negros, mulheres – não torna ninguém automaticamente uma boa pessoa com posições políticas corretas. Não há uma única cultura no mundo que não tenha sofrido sua cota de atrocidades. Não há nenhum grupo étnico ou gênero que possa afirmar ser perfeito.

A criação de culturas de culpa e culpabilização não ajuda em nada a combater as opressões. Isso porque as origens desses problemas são sistêmicas. Isso não significa isentar as pessoas de culpa por seu comportamento, mas elas não podem ser culpadas por um sistema que não criaram, desde que estejam lutando agora para combater este sistema. A resposta liberal de desfilas lágrimas e vergonha não só não ajuda, como na verdade volta a atenção para quem faz isso. “Olhe para mim, estou usando um cilício, reverencie a minha penitência”. Você não amplifica as vozes dos outros e nem ajuda na autodeterminação e na capacitação deles quando literalmente ocupa o palco com seus rituais de autoflagelação.

Isso também se aplica às pessoas brancas que desfilaram mostrando vergonha por seus privilégios nas manifestações do Black Lives Matter, em 2020, e que fizeram fila para chorar em palanques nos parques de diferentes lugares do mundo. Não é adequado derramar lágrimas pelo fato de uma pessoa negra ter mais probabilidade de ser parada pela polícia e revistada, ter uma moradia inadequada, empregos mal remunerados ou qualquer uma das inúmeras outras maneiras pelas quais o racismo afeta mais os negros do que os brancos. O que é necessário é solidariedade e luta práticas, reunindo todos os membros da classe trabalhadora que estão sendo explorados e oprimidos pela classe dominante. Um exemplo disso é a forma como muitos grupos diferentes se uniram contra o Projeto de Lei sobre Polícia, Crime, Sentenças e Tribunais (Police, Crime, Sentencing and Courts Bill); as pessoas reconheceram que toda a classe

trabalhadora seria vítima dos poderes repressivos da polícia, e não ficaram discutindo quem sofre mais nas mãos da polícia.

A culpa é mal aplicada, mal direcionada e distorcida por uma visão de mundo lamentavelmente incompleta. Ela não ajuda os povos que foram escravizados na história do capitalismo. Não ajuda aqueles que estão lutando para se livrar do jugo da escravidão moderna. E, em última análise, deixa o próprio sistema capitalista ileso. Preferimos uma resposta prática ao racismo, baseada no empoderamento e na solidariedade de classe, no interesse da comunidade, e não na reflexão individual sobre moralidade, culpa e vergonha.

QUEM SE BENEFICIA DOS SISTEMAS OPRESSIVOS? TRANSFORMANDO OUTROS MEMBROS DA CLASSE TRABALHADORA EM INIMIGOS

Outra característica da política identitária é a tendência de afirmar que há grupos privilegiados na classe trabalhadora, que se beneficiam diretamente da opressão de outros e, portanto, tornam-se inimigos. Claramente, a classe dominante se beneficia da forma como a sociedade está organizada – ela colhe os frutos da propriedade e do controle dos meios de produção e da expropriação dos produtos do trabalho. Ela também se beneficia da divisão do trabalho que é realizada com base em raça e gênero.

Mas será que os trabalhadores brancos se beneficiam da discriminação contra as pessoas de cor? Será que os homens se beneficiam do patriarcado? De certa forma, sim. Deve-se reconhecer que, devido ao racismo, os brancos, os homens ou qualquer grupo que não esteja sujeito a uma discriminação específica tem uma vantagem relativa. O comércio de escravos proporcionou uma enorme riqueza, a qual elevou o padrão de vida das nações europeias. O fato de as mulheres fazerem todo o trabalho doméstico, criando os filhos e saindo para trabalhar, deu aos homens mais tempo para sair com seus companheiros.

Estudos mostram que os professores, inconsciente e involuntariamente, dão oito vezes mais atenção aos meninos do que às meninas em sala de aula. (Zittleman e Sadker, 2004) Esse é apenas um dos mecanismos pelos quais os meninos aprendem sobre a importância que é dada às suas vozes. E não são apenas os meninos que aprendem isso; as meninas também sentirão que os meninos não estão recebendo o que lhes é devido se um professor tentar dar mais espaço às meninas. As normas sociais de nossa sociedade – inclusive as expectativas sexistas, racistas e outras expectativas preconceituosas – são internalizadas por todos nós e, muitas vezes, é somente por meio da educação que conseguimos de fato enxergar as normas sociais que absorvemos e assimilamos desde a infância.

Entretanto, continuar dizendo que os homens brancos são mais privilegiados e têm interesse em manter o status quo é um erro grave de análise. Os únicos que realmente se beneficiam dessas divisões são os membros da classe dominante. Asad Haider, editor da revista Viewpoint, descreve o argumento de que o “privilegio da pele branca” é prejudicial para toda a classe trabalhadora, inclusive para seus membros brancos. É “um instrumento de divisão de classe” e é eficaz no controle, precisamente por “impedir a unidade com os trabalhadores negros”. Ele cita Noel Ignatiev:

A ideologia do chauvinismo branco é um veneno burguês voltado principalmente para os trabalhadores brancos, utilizado como arma pela classe dominante para subjugar os trabalhadores negros e brancos. Ela tem sua base material na prática da supremacia branca, que é um crime não apenas contra os não brancos, mas contra todo o proletariado. Portanto, sua eliminação certamente se qualifica como uma das demandas de classe de toda a classe trabalhadora. (apud Haider, 2017)

O ativista Richard Moser, escrevendo no Counterpunch, aborda um tema semelhante, quando descreve a visão do escritor, trabalhador e marxista Theodore Allen, de que

[...] os privilégios dos brancos são contrários aos interesses políticos e materiais de longo prazo da população branca. Os benefícios, subornos e apelos aos brancos têm um valor real, que é uma das razões pelas quais eles trabalham, mas esse valor é muito menor do que o valor que seria produzido pela solidariedade de classe e pela ação inter-racial para aumentar os salários, ganhar poder político e estabelecer a justiça. (Moser, 2017)

Portanto, embora reconheçamos e percebamos que determinados grupos tiveram vantagens em relação a outros, enfatizamos que a resposta útil não é o reflexo liberal da culpa pessoal, mas a solidariedade

e a ação práticas. Se considerarmos todos os que não fazem parte daquele grupo como opressores e não os admitirmos, como poderemos ganhá-los para a luta? Se somente as pessoas “certas” podem ser lutadoras puras contra o capacitismo (ou o racismo, a transfobia, o sexismo etc.), então como essas questões podem ser realmente enfrentadas?

Em um episódio do programa da TV BBC, *Have I Got News For You*, discutia um tema sobre racismo e o comediante negro Reginald D. Hunter estava no painel. O restante do painel e o apresentador o procuraram para obter uma resposta. Ele respondeu algo como “Que diabos! Eu sou o único que tem condições de saber que isso está errado? Vocês simplesmente não conseguem ver isso?” E foi exatamente aí que a coisa terminou.

A POLÍTICA IDENTITÁRIA MATA A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SUPRIME O DEBATE

Outra consequência da política identitária e do culto à individualidade é o ataque à liberdade de expressão. A “cultura do cancelamento”, a “cultura woke” e a ausência de plataformas políticas se tornaram armas para a repressão, tanto por parte da extrema direita quanto dos seguidores da política identitária.

Em vez de se envolver em discussões políticas ou ideológicas, ou tentar educar as pessoas e discutir questões importantes, cada vez mais oradores, teóricos e militantes estão sendo peremptória e publicamente silenciados porque ofendem um determinado grupo. A “caça às bruxas” contra indivíduos que são considerados culpados desse delito se tornou comum e eficaz. Essa é uma censura de natureza arbitrária e personalista. Na melhor das hipóteses, ela só pode levar à amargura e ao ressentimento; na pior, à repressão ativa, ao autoritarismo e ao fascismo. O que aconteceu com a conquista dos corações e mentes das pessoas?

Essa ideologia censora levou a direita e a extrema-direita a se apropriarem da noção de “liberdade de expressão” e a redefinirem como permissão para que a extrema-direita expresse sua ideologia abertamente; ao mesmo tempo, ela impediu os pontos de vista mais progressistas ou de esquerda. Esse é um primeiro passo perigoso e assustador no caminho para o fascismo e, por isso, deve ser combatido.

ALTERNATIVAS: LUTAR CONTRA O CAPITALISMO E AS OPRESSÕES

Uma abordagem mais eficaz é apoiar a auto-organização de oprimidos em grupos autônomos, que mantenham vínculos com o movimento geral da classe trabalhadora. Assim, outros membros da classe trabalhadora podem demonstrar solidariedade prática, promovendo a autoatividade e o empoderamento desses grupos. Essa é uma alternativa à política identitária, bem como a uma abordagem reducionista de classe.

As mulheres militantes e sindicalistas têm sido frequentemente acusadas de “dividir a classe trabalhadora” ao exigirem a organização das mulheres, ações específicas sobre questões femininas ou espaços seguros. As pessoas de cor também têm sido acusadas disso quando exigem organização autônoma, reconhecimento da longa história de opressão ou atenção especial ao racismo. Precisamos distinguir entre uma análise da identidade individual que leva a uma hierarquia de opressão concorrente e a vontade de se organizar coletivamente com outros militantes com experiências e interesses comuns.

Muitas organizações de esquerda declararam – e algumas ainda declaram – que a organização autônoma e separada de grupos específicos é divisionista e contrária a uma política de classe. No entanto, nós, como anarquistas comunistas, apoiamos a organização autônoma e as lutas decorrentes dela, e afirmamos uma diferença prática e teórica. Temos clareza de que há uma diferença entre a política identitária e a organização autônoma. A primeira se concentra apenas na opressão do grupo; a segunda reconhece que não há uma perspectiva anticapitalista que veja outros trabalhadores como inimigos.

As organizações autônomas também se concentrarão nas principais questões de um determinado grupo oprimido, percebendo que tal organização é necessária para levar adiante as demandas e aumentar a confiança. Entretanto, os outros trabalhadores não são considerados inimigos – eles podem ser um obstáculo algumas vezes –, mas o objetivo é conquistá-los por meio de uma demonstração de força e diálogo.

A organização autônoma provou ser eficaz para dar voz a grupos que anteriormente tinham suas vozes abafadas ou minimizadas devido à ideologia dominante e à realidade de que o poder está principalmente nas mãos de homens heterossexuais, brancos e não-deficientes. Por exemplo, no movimento sindical, há 30 ou 40 anos, havia pouquíssimas mulheres ou militantes negros, e o local de trabalho e as questões

sociais importantes para eles eram amplamente ignorados. Se observarmos o caso das mulheres, com a existência de grupos autônomos de mulheres, foi possível formular demandas e organizar-se localmente e de maneira mais ampla. O assédio sexual, a violência doméstica, o bullying, a menstruação, a menopausa, os direitos reprodutivos, a desigualdade salarial, os turnos difíceis, os direitos das trabalhadoras de meio período etc. passaram a fazer parte da agenda sindical principal.

Como uma organização política revolucionária, devemos apoiar a auto-organização desses grupos e ouvir suas vozes. Isso não é o mesmo que promover os direitos dos indivíduos em função de sua identidade. Tampouco é o mesmo que aceitar a visão de que certas identidades têm mais importância e peso do que outras, levando a disputas e brigas entre nós. Nossa meta deve ser a ação coletiva para promover a luta de classes, incluindo todas as vozes da classe.

Em muitas organizações, inclusive nos sindicatos, os grupos autônomos têm tido apenas um papel “consultivo”, ou têm sido deixados de lado como um “espaço de conversa”. Como anarquistas comunistas, reconhecemos o direito dos grupos autônomos de definir sua própria agenda e de ajudar a definir a agenda do grupo mais amplo, com as suas decisões influenciando a prática de toda a organização. Mas há mais um estágio. A próxima etapa é incorporar essas lutas tanto na forma como estruturamos nossas atividades quanto na forma como entendemos o sistema que estamos tentando derrubar. Silvia Federici escreveu: “a imensa quantidade de trabalho doméstico remunerado e não remunerado feito pelas mulheres em casa é o que mantém o mundo em movimento”, aplicando a ideia da “fábrica social”, de que “as relações capitalistas se tornam tão hegemônicas que toda relação social é subsumida pelo capital e a distinção entre sociedade e fábrica entra em colapso, de modo que a sociedade se torna uma fábrica e as relações sociais se tornam diretamente relações de produção”. (Federici, 2012, pp. 2, 7) Em outras palavras, o capitalismo se beneficia diretamente do sexismo e da misoginia. Ele se beneficia diretamente do racismo (de fato, a revolução industrial foi literalmente criada nas costas dos escravos nos campos de algodão, sem os quais as fábricas de algodão do norte da Inglaterra não teriam tido matéria-prima).

No outono de 2020, começaram a surgir na mídia histórias de advogados negros que, segundo os funcionários do tribunal, pertenciam ao banco dos réus, e não ao tribunal. A lição disso não é que são necessários mais negros no topo das profissões jurídicas, mas que o sistema jurídico é completamente racista. Se a suposição racista de senso comum da sociedade é que uma pessoa negra não pode ser profissional do direito, como uma pessoa negra pode convencer o sistema de que é potencialmente inocente? Isso tem a ver com as camadas diferenciadas das estruturas do Estado e do capital. Essas lutas não são separadas da luta contra o capitalismo; elas são parte integrante dela.

POLÍTICA IDENTITÁRIA E NEOLIBERALISMO

A política identitária, no sentido descrito por nós, é uma resposta às condições materiais. No entanto, ela foi adotada pelo neoliberalismo porque havia questões de identidade que eles queriam resolver. Conforme argumentou David Harvey, em *A Brief History of Neoliberalism* (2005), o projeto neoliberal ofereceu àqueles que foram os radicais da década de 1960 o compromisso de liberdades para alguns, em vez de igualdade para todos. É por isso que, no sentido em que descrevemos a política identitária, ela se tornou eficaz para garantir a diversidade nas classes dirigentes; no entanto, essas vantagens não chegaram às classes trabalhadoras. Essa falha (na verdade, não é uma falha, pois esse é seu objetivo) foi criticada exaustivamente por autores como Kenan Malik, bell hooks, Karen e Barbara Fields e Asad Haider.

Essa forma de resposta às opressões, muito individualista e liberal (no sentido de Raymond Williams em *Keywords*, ou seja, de ver os problemas sociais em termos de moralidade individual, mas com uma pitada de liberalismo no sentido de “não ter um argumento muito sólido”), de fato decorre de condições materiais, mas ganhou ascendência na cultura contemporânea. Ela informa a resposta dos membros de painéis de TV, informa os roteiristas de novelas e sit-coms, informa as sessões de treinamento de conscientização de RH, informa o consenso cultural sobre a sensibilidade em relação a uma gama de questões de identidade. Ela tem essa posição no senso comum contemporâneo porque a classe que é a força material dominante na sociedade é também a força cultural e intelectual dominante. Como dizem Marx e Engels (em *A Ideologia Alemã*), as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes. E essa classe dominante está bastante satisfeita com o efeito de dividir para conquistar da política identitária. É por isso que reconstruir a solidariedade e identificar novamente os alvos corretos (ou seja, não uns aos outros!) é o caminho a seguir.

CONCLUSÃO

Portanto, vamos confirmar: companheiras mulheres, nossos inimigos não são os homens, mas as estruturas sexistas e misóginas do capitalismo; companheiros negros, nossos inimigos não são as pessoas brancas, mas as estruturas racistas do capitalismo; companheiros gays, nossos inimigos não são as pessoas heterossexuais, mas as estruturas homofóbicas do capitalismo; companheiros trans, nossos inimigos não são as pessoas cis, mas as estruturas transfóbicas do capitalismo; companheiros com deficiência, nossos inimigos não são as pessoas não deficientes, mas as estruturas capacitistas do capitalismo. É por isso que repetimos as palavras de Fred Hampton, do Partido dos Panteras Negras: “Nós vamos lutar contra o racismo não por meio do racismo, mas da solidariedade. Não vamos combater o capitalismo por meio do capitalismo negro, mas do socialismo”.

BIBLIOGRAFIA

ADDLEY, Esther; MUIR, Hugh. “Marching to London to hear a single word ... sorry”. In: *The Guardian*, 24 mar. 2007 [www.theguardian.com/uk/2007/mar/24/britishidentity.race].

APPIUAH, Kwame A. *Ethics of Identity*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2007.

FEDERICI, Silvia. *Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction, and Feminist Struggle*. PM Press, 2012.

HAIDER, Asad. “White Purity”. In: *Viewpoint Magazine*, 2017 [<https://viewpointmag.com/2017/01/06/white-purity/>].

KATALENA, Juraj. “‘American Thought’: from theoretical barbarism to intellectual decadence”. In: *Communists in Situ*, 2017. [cominsitu.wordpress.com/2017/08/30/american-thought-from-theoretical-barbarism-to-intellectual-decadence/].

MALIK, Kenan. “Against Multiculturalism”. In: *New Humanist*, 2002 [<https://newhumanist.org.uk/articles/523/against-multiculturalism>].

MOSER, Richard. “White Skin Privilege”. In: *Counter Punch*, 14 ago. 2017 [<https://www.counterpunch.org/2017/08/14/white-skin-privilege/>].

SHAH, Sonia. “Judge Rules Rape of Aboriginal Girl ‘Traditional’”. In: *WOMEN’S eNews*, 29 nov. 2002 [<https://womensenews.org/2002/11/judge-rules-rape-aboriginal-girl-traditional/>].

ZITTLEMAN, Karen; SADKER, David. “Teacher Education and Gender Equity: The Unfinished Revolution”, 2004 [<https://www.sadker.org/PDF/TextbooksandGenderEquity.pdf>].

Sugestões de Leitura

Sobre Multiculturalismo

Kwame Anthony Appiah discute o tema em:

Ethics of Identity (2005) [press.princeton.edu/books/paperback/9780691130286/the-ethics-of-identity].

[newhumanist.org.uk/articles/523/against-multiculturalism].

[kenanmalik.com/2018/09/24/from-equal-rights-to-staying-in-your-lane/Reading/sources].

[kenanmalik.com/2016/04/12/so-what-do-british-muslims-really-think/].

[libcom.org/library/replacing-‘race’-historicizing-‘culture’-multiculturalism-alana-lentin].

[www.secularism.org.uk/opinion/2014/09/25-years-women-working-against-fundamentalism-in-the-uk].

Sobre Política Identitária

[www.seattleweekly.com/news/a-marxist-critiques-identity-politics/]

[www.viewpointmag.com/2017/03/16/identity-crisis/cominsitu.wordpress.com/2017/08/]

Sobre Populismo

[kenanmalik.com/2017/10/05/populism-and-immigration/]

Sobre Biologização da Cultura

[archive.senseaboutscience.org/data/files/resources/119/Sense-About-Genetic-Ancestry-Testing.pdf]

Tradução: Ivan Thomaz de Oliveira - Instituto de Teoria e História Anarquista

Biblioteca Anarquista



Grupo Anarcocomunista (ACG) Tradução: Ivan Thomaz de Oliveira
A POLÍTICA DA DIVISÃO
ENFRENTANDO A POLÍTICA IDENTITÁRIA – CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE
18/08/2021

www.anarchistcommunism.org

bibliotecaanarquista.org